D079
Política de educação
para o DF.
proposta de
ação

Data: 1985
Autoria: não identificado

POLITICA DE EDUCAÇÃO PARA DO DF:
PROPOSTA DE AÇÃO

A Fundação Pedroso Horta do Distrito Federal convidou a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd, seção local, para que promovesse reuniões de educadores com vistas à discussão sistemática de diretrizes para a política educacional do futuro governo do D.F. O presente documento é fruto dessas reuniões, das quais participaram profissionais da educação que atuam no ensino de 1º, 2º e 3º graus e em órgãos de governo, tendo sido consultados representantes da diretoria da ANPEd e do Sindicato de Professores - SINPRO/DF.

Os educadores que prepararam este documento fizeram-no na intenção de trazer um ponto de partida para um amplo debate em torno da política de educação para o DF. Fizeram-no também conscientes de sua contribuição enquanto indivíduos e certos de que, tendo no horizonte próximo a vitória do nosso candidato Dr. Tancredo Neves, tornava-se indispensável um esforço de sistematização de idéias que há muito vêm sendo discutidas pelas forças progressistas de nossa unidade federada.

A política de educação aqui sugerida é uma decorrência lógica e natural do programa do PMDB expresso no documento Esperança e Mudança. Baseia-se também nas Diretrizes para uma Política Nacional de Educação do PMDB, resultantes do Simpósio Nacional sobre Educação, realizado pelo partido em Porto Alegre, em novembro de 1984. Apoiando-se nesses documentos, o presente texto aprofunda e desdobra vários aspectos da política educacional relevantes para o contexto do Distrito Federal.

O ENSINO NO DF

Para a elaboração de um projeto educativo, baseado no reconhecimento do direito de todos à cidadania plena, é fundamental que os conteúdos curriculares não se diluam no imediatismo da experiência individual, nem sejam adiados para níveis de escolaridade aos quais sabidamente não chegam as crianças e jovens das camadas trabalhadoras.

Na perspectiva de uma política social mais justa, que inclua efetivamente a expansão das oportunidades educacionais, cumpre criar condições para garantir a toda a população tanto o acesso à escola como a permanência nela. Para isso, assume importância primordial a articulação das especificidades e valores locais com o conhecimento elaborado, científico e universal.

Nesse quadro torna-se imperativa a concepção de uma escola unitária, comum em seu núcleo e diversificada em seu conjunto, garantindo a toda a população, tanto o domínio dos conteúdos, habilidades e instrumentos, considerados como o mínimo indispensável à condição de cidadania plena, quanto o necessário espaço às peculiaridades de diferentes contextos específicos.*

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que a missão fundamental da escola é a transmissão e assimilação do saber escolar, ou seja, do saber sistematizado, dentro de uma realidade concreta. Uma escola democrática supõe que o acesso a esse saber esteja garantido para todos. Em nossa unidade federada, os índices de atendimento escolar sem dúvida alguma são bastante elevados, quando comparados com os demais centros urbanos do País. Apesar disso, as camadas desfavorecidas no DF não têm tido o mesmo acesso ao saber escolar que é garantido às camadas privilegiadas; àquelas, a qualidade da educação que lhes é oferecida vem sendo sistematicamente inferior.

Além disso a escola de 1º grau do DF, à semelhança de outras escolas do país, não está voltada para sua missão fundamental, pois atividades e conteúdos acessórios vêm ganhando peso desmedido. Esse desvio ocorre sobretudo nas nossas regiões mais pobres, justamente onde deveria ser ainda maior o esforço para o cumprimento da missão básica da escola, pois é nessas áreas que os alunos têm mais dificuldades no processo pedagógico.

No 1º grau das cidades satélites, as salas de aula

* No Anexo a este documento discute-se de forma melhor fundamentada a concepção de ensino necessária à uma educação democrática no D.F..

das primeiras séries caracterizam-se pelo excessivo número de alunos, sobrecarregando o professor e inviabilizando um ensino de boa qualidade. Na pré-escola, à exceção do plano-piloto, as classes superlotadas são muito mais regra do que exceção, atendidas por monitoras devotadas mas que ainda não tiveram a oportunidade de receber a adequada formação pedagógica exigida para trato das crianças em idade anterior ao ensino de 1º grau. Sua supervisão por poucas professoras treinadas não altera a inadequação da pré-escola que é oferecida à população da periferia de Brasília.

O ensino público de 1º grau no Distrito Federal mostra um cenário sui-generis em relação ao restante do país. Revela a insegurança das famílias de maior poder aquisitivo quanto à qualidade da educação oferecida nas quatro últimas séries. Retrata... o incentivo que os governos passados e o atual vêm dando à privatização do ensino básico. Em todo o país, a seletividade sócio-econômica do ensino Público de 1º grau faz com que, ao longo do processo de escolarização, as camadas desfavorecidas estejam cada vez menos presentes na composição do alunado. No Distrito Federal, no nível do antigo ginásio (últimas quatro séries do 1º grau) ocorre o contrário: a representação das camadas trabalhadoras é maior do que nas séries imediatamente anteriores. Essas estatísticas, que aparentemente sugerem uma democratização do ensino, de fato denotam uma fuga da escola pública; os pais que podem pagar retiram seus filhos das escolas do Governo, enviando-os ao ensino privado.

A escola pública para os desfavorecidas, a escola privada para os privilegiados, este dualismo nacional encontra assim no DF seu modo peculiar de expressão, traduzindo os resultados das políticas educativas elitistas que vem sendo adotadas em nossa unidade federada.

Seus reflexos no 2º grau não são menos visíveis. A par de uma reduzida oferta de educação pública, nos estabelecimentos da rede oficial predominam turmas excessivamente numerosas, mestres sobrecarregados em suas tarefas docentes, um enciclopedismo ou uma profissionalização que não atendem nem aos interesses do aluno nem aos da sociedade, em tudo e por tudo contribuindo para o florescimento da rede particular.

No ensino supletivo de 1º e 2º graus a situação não é menos grave. A política educacional para o supletivo no DF vem seguindo à risca a falaciosa concepção que presidiu à criação dessa forma de ensino. Tal concepção supõe que os alunos do supletivo, evadidos de uma escola regular na qual contavam com professores e estudos sistemáticos, poderiam mais tarde, quando adultos, recuperar sua escolaridade quase que exclusivamente por conta própria. Assim, os cursos supletivos do DF não fornecem ao estudante o necessário apoio pedagógico para a recuperação de sua escolaridade, perdida nas desigualdades sócio-educativas de que foi vítima no passado.

Ademais, a oferta de ensino supletivo público, seja mediante cursos livres, seja através de cursos com avaliação no processo, é extremamente reduzida. Tanto a insuficiência como a má qualidade do ensino supletivo público resultam de uma política anti-democrática, voltada para o desenvolvimento do ensino privado, que é acessível apenas a uma minoria. Nessa rede privada, sabe-se que vários estabelecimentos empregam exames de avaliação no processo que aprovam com duvidosos padrões de desempenho e usam mecanismos que ferem a legislação em vigor, no tocante às exigências de idade mínima para a obtenção do certificado de conclusão. A fiscalização da rede privada de supletivo é frágil e ineficaz.

Quanto ao ensino especial, destinado às crianças excepecionais, falta pessoal habilitado e, quando este está presente, sua formação ainda deixa muito a desejar. Nesse ensino, o atendimento dispensado nas cidades satélites impõe duras exigências às mães de família que, virtualmente obrigadas a permanecer na escola durante as poucas horas em que seus filhos deficientes a frequentam, dispendem tempo e perdem oportunidades de trabalho que são indispensáveis ao desenvolvimento e à sobrevivência da unidade familiar.

O ensino superior é um capítulo à parte, pois ele escapa à alçada direta do Governo do Distrito Federal. Mas nem por isso deverá o futuro Governo omitir-se nesta área, ainda que atue de forma indireta, pois este nível de ensino também deveria servir à população da unidade federada.

A única instituição pública - a Universidade de Brasí

lia - vem mantendo suas vagas em número praticamente constante ao longo dos anos recentes. Apesar de uma tendência ascendente de demanda por educação superior - e que apenas nos anos recentes sofre um decréscimo, acompanhando o quadro educativo nacional no contexto da recessão - o fechamento da UnB às aspirações da população jovem vem fazendo parte do processo mais geral de privatização do ensino no DF. Além disso, e em que pese a denodada luta de seus professores, notadamente através de sua associação - A ADUnB -, esse fechamento também ocorreu em relação à comunidade a quem ela deveria servir. O encerramento de suas atividades no Hospital de Sobradinho é um dos mais conhecidos exemplos deste processo.

O quadro do ensino superior no DF, integrado por uma única instituição pública, fechada aos jovens e à comunidade, e por mais de dez estabelecimentos particulares, cujas matrículas dominam o cenário, reflete a privatização desse nível de ensino, que é mais acentuada em nossa unidade federada do que no restante do país. Nessa rede privada, que cobra vultosas anuidades, os padrões de ensino vêm-se deteriorando ao longo do tempo e os professores vêm recebendo salários e enfrentando condições de trabalho efetivamente inaceitáveis. Em suma, o ensino superior no DF, a par de sua deficiente qualidade, não vem atendendo aos interesses da comunidade.

Na formação de professores para o ensino de 1º e 2º graus no DF vem predominando o adestramento para o domínio das técnicas de ensino, negando-se ao futuro mestre a necessária oportunidade de fazer uma reflexão mais ampla a respeito da educação que lhe caberá ministrar e do contexto social em que esta educação ocorre. Só a duras penas tal oportunidade é conquistada ao longo da vida profissional por aqueles que tenazmente se dedicam a essa tarefa, por vezes favorecidos por situações de trabalho menos severas.

O magistério para as séries iniciais do 1º grau ainda é formado a nível de 2º grau, em uma Escola Normal dominada pelo tradicionalismo e desvinculada da contribuição que a Universidade pode e deve dar ao preparo de nossos professores. Já do professor de 2º grau exige-se um diploma de nível superior, embora a formação que lhe é oferecida no mais das vezes não assegure um coerente e competente preparo para sua missão. A esses níveis de preparo di-

ferenciados para tarefas igualmente difíceis correspondem uma desvalorização social da categoria dos professores do antigo primário e graves lacunas na formação desses, a quem cabe a difícil e responsável tarefa de alfabetizar nossas crianças.

Tanto a nível de 1º como de 2º graus a capacidade de trabalho docente do professor é comprimida por enorme quantidade de horas-aula, sendo-lhe exigido tempo não remunerado para que ele possa realizar um adequado preparo das aulas e da avaliação dos alunos. Essas injustas condições de trabalho docente redundam em um ensino de qualidade inferior que, prejudicando toda a população, atinge sobretudo os filhos dos trabalhadores, pois é a eles que são destinados os mestres de menor experiência e são eles que frequentam a maioria das salas de aula com excesso de alunos.

O programa de merenda escolar deve ser entendido como uma medida de caráter emergencial. Hoje vem servindo como paliativo para a situação de extrema pobreza e subnutrição em que se encontram as camadas trabalhadoras, resultado de políticas econômicas concentradoras da renda e da riqueza. A solução da pobreza e subnutrição do povo evidentemente não está na merenda escolar mas numa política econômica que promova a geração de suficientes oportunidades de emprego e o pagamento de salários dignos. Portanto, a questão da merenda escolar extrapola o âmbito das políticas propriamente educativas.

Mas o destaque que o Governo vem dando à merenda escolar no DF vem cumprindo a função de colocar em segundo plano as graves deficiências da educação de 1º grau nas regiões mais pobres, sobrepondo-se à oferta de um ensino de boa qualidade para as crianças das camadas trabalhadoras. Urge resgatar para a escola seu papel primordial, que é o de ensinar. É igualmente urgente a reformulação do programa de merenda escolar, aliada à implantação de uma política econômica que respeite os direitos do trabalhador.

No plano institucional, inclusive pela proximidade do Governo Federal, a gestão do ensino do DF vem-se caracterizando por processos e mecanismos decisórios de cunho autoritário e adotados em detrimento da educação pública. A Secretaria de Educação tem sido apoiada por um Conselho de Educação cuja maioria não tem acompanhado o avanço do pensamento educacional no país, não possui legi

unidade perante a comunidade de educadores nem está comprometida com o ensino público.

A Secretaria de Educação, caracterizada também pela desvinculação dos anseios da comunidade, começa a utilizar a informática no sistema de ensino segundo formas de atuação que irão reproduzir as mazelas hoje existentes e alargar a distância que separa os filhos dos trabalhadores de uma educação de boa qualidade. A introdução da informática na educação básica do DF resulta muito mais de poderosos interesses econômicos do que do uso criterioso e crítico desse meio de ensino.

A participação da comunidade nas decisões sobre a educação no DF é ocasional e limitada, só ocorrendo através das Associações de Pais e Mestres (APMs). Mas o papel destas entidades está restrito à vida das escolas, sendo insuficiente para acolher uma participação ao nível do sistema de ensino como um todo. Diz respeito apenas aos pais dos alunos e aos professores de cada unidade escolar, excluindo os demais segmentos da comunidade. Além disso, as APMs geralmente são organismos burocratizados e sua atuação, mesmo ao nível da vida das escolas, raramente ultrapassa algumas reuniões formais e sobretudo informativas.

UMA NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA O DF

Uma nova política de educação para o DF deve pautar-se essencialmente pela democratização das oportunidades educacionais. Isso implica três diretirzes básicas: democratização do ensino; democratização dos processos decisórios; garantia, para o professor, de dignas condições de trabalho e remuneração.

a. Democratização do ensino

A diretriz primeira de uma nova política de educação para o DF consiste numa dupla reorientação da escola de 1º grau: ela deve, a um só tempo, cumprir sua tarefa de ensinar o saber escolar e de torná-lo acessível a todas as crianças, independentemente de sua condição social. No quadro do ensino ainda excludente do Distrito Federal isso implica uma nova escola. Preocupada em ensinar às crianças aquilo que elas precisam para a vida de futuros ci

dadãos, essa nova escola também, e principalmente, criará condições para que todos os segmentos sociais a ela tenham acesso, nela permaneçam e a concluam com aproveitamento satisfatório.

Para democratizar a educação no DF é condição básica utilizar as verbas públicas exclusivamente no sistema público de ensino do Distrito Federal, pondo termo à estratégia de financiar o ensino privado de 1º e 2º graus com recursos oriundos de toda a população.

No processo de reorientação do ensino em nossa unidade federada impõe-se um elenco de urgentes medidas relativas à educação regular de 1º e 2º graus. Tais medidas compreendem:

- emprego de professores devidamente qualificados para a pré-escola e redução drástica do número de crianças por turma, alcançando níveis compatíveis com um atendimento de boa qualidade, aliado à expansão da oferta, com prioridade para as áreas que hoje possuem menor atendimento, ou seja, as cidades satélites;

- revisão do currículo e dos programas de ensino de 1º e 2º graus, de modo a permitir que a escola forme cidadãos aptos para uma efetiva construção da democracia no país;

- aumento do número de horas diárias de permanência do aluno na escola ou do número de dias letivos, mediante progressiva implantação dessa medida, inicialmente para as quatro primeiras séries do 1º grau, onde se concentram os principais problemas de aprendizagem; a implantação progressiva estará voltada prioritariamente para as cidades satélites;

- otimização do uso do espaço físico disponível, de modo a que a ampliação da rede escolar, exigida pela medida anterior, não resulte em desperdício dos recursos públicos;

- ampliação do quadro docente e reorganização da carga letiva dos professores para fazer face ao maior tempo de permanência do aluno na escola;

- fixação de níveis salariais correspondentes ao redimensionamento da carga letiva, acompanhados de indispensável redução do número de horas-aula, ambas medidas exigidas para que o magistério tenha remuneração condigna e para que o professor possa desincumbir-se adequadamente de suas tarefas de ensino.

No ensino supletivo público de 1º e 2º graus é inadiável rejeitar por inteiro as bases de sua concepção e consequentemente as diretrizes que norteiam sua oferta. Um novo ensino supletivo deve assemelhar-se àquilo que o ensino regular tem de positivo para a educação de jovens e adultos, ou seja, o estudo sistemático e a presença do professor que ministra aulas para seus alunos. É preciso recuperar e atualizar a concepção dos antigos primário, ginasial e colegial noturnos, que substituirão a falaciosa doutrina da auto-didaxia. Ao mesmo tempo, é necessário expandir substancialmente a oferta de cursos públicos para aqueles que foram excluídos da escola em sua infância e em sua juventude.

Nessa nova política para o ensino supletivo, o Executivo deverá cooperar técnica e financeiramente com cursos promovidos por entidades da sociedade civil, como associações de bairro, centros comunitários e sindicatos, resguardado o caráter público dessas iniciativas e mantida a responsabilidade do governo em prover diretamente a oferta de cursos. Assim o novo governo do DF porá termo à política de privatização do supletivo, aumentando gradualmente a oferta de vagas para aqueles que delas necessitem. Ao lado disso, melhorando a qualidade e ampliando as oportunidades do ensino regular, paulatinamente eliminará pela raiz a demanda de origem local do próprio supletivo. Por fim, na nova política para o supletivo, caberá ao Governo uma fiscalização responsável e eficaz de rede privada, a qual deverá assegurar padrões mínimos de desempenho do aluno para a obtenção de certificados de conclusão, bem como garantir o cumprimento da legislação em vigor quanto às idades mínimas para concluir com aprovação o 1º e o 2º graus.

No ensino superior, o novo governo do DF estará empenhado em gestões para que a Universidade pública em Brasília mude profundamente sua feição. É imperioso abrir a UnB à comunidade e às forças vivas da nação, como vem sendo reivindicado pela grande maioria de seus docentes. Neste sentido, as gestões do governo local, sempre em consonância com os interesses dos diversos segmentos sociais do DF e dos docentes da UnB, deverão contribuir para que a Universidade assuma duas novas perspectivas.

Na primeira, a UnB retomaria seu envolvimento com os

problemas da comunidade, inclusive atuando sob a forma de extensão universitária e prestando serviços em áreas como : assistência social, de saúde, médica, odontológica, jurídica e, por fim mas não com menor importância, na formação dos professores para a rede pública de ensino de 1º e 2º graus.

Em uma segunda perspectiva, simultânea à primeira, a UnB se voltaria para um crescimento das vagas anualmente oferecidas, como forma de atender à demanda e de combater a privatização do ensino superior no DF, que hoje atende muito mais aos interesses dos proprietários das faculdades do que aos da população. Nessa perspectiva, a UnB contemplaria o início de atividades de cunho regular no período noturno, porém resguardando sempre a necessária qualidade do ensino a ser oferecido.

Quanto ao ensino superior particular, o Governo local estará atento à necessidade de que sejam criados mecanismos para promover uma efetiva fiscalização da rede privada. Esta fiscalização visará garantir padrões mínimos de nível acadêmico. Deverá ainda assegurar o cumprimento da política nacional de educação nos seus mais diversos aspectos, incluindo-se a valorização do magistério e a gestão democrática das instituições de ensino superior.

No tocante à merenda escolar no DF, no curto prazo cabem o estudo e a adoção de medidas que barateiem o custo da alimentação do aluno e ao mesmo tempo fortaleçam a economia local, gerando empregos e protegendo o pequeno produtor. Quanto ao plano nacional, devem ser contempladas alterações substantivas no significado do programa de merenda escolar, a fim de evitar que os recursos do programa continuem a inflar artificialmente o orçamento do Ministério da Educação, assim impedindo um inadiável crescimento das verbas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, aliás hoje um imperativo constitucional.

b. Democratização dos processos decisórios

No plano da organização e funcionamento da Secretaria de Educação do DF e do Conselho de Educação avultam dois problemas que devem ser imediatamente atacados, sob pena de se tornarrem inúteis os demais esforços acima previstos. É preciso democratizar as atuais estruturas e processos autoritários de decisão no siste-

ma educacional, principalmente no âmbito do Poder Executivo, do qual o centro é a Secretaria de Educação.

É indispensável instituir mecanismos que acolham uma efetiva participação dos professores, dos pais, dos alunos, dos profissionais da educação e dos membros da comunidade em todos os níveis de decisão do sistema de ensino. Neste sentido, devem ser criados órgãos colegiados (seja a nível de escola, seja a nível de região administrativa) que expressem os interesses dos diversos segmentos da comunidade, colaborando no trabalho de construir uma educação nova e democrática no DF.

É imperioso reorientar a missão do Conselho de Educação do DF, que deve ser sobretudo um forum de debates de alto nível, bem como renovar integralmente sua composição, que precisa estar afinada com seu papel atualizado e com o redirecionamento das políticas educacionais. Para tanto, é necessário que os novos conselheiros tenham competência reconhecida perante a comunidade do setor educacional e que o novo Conselho seja majoritariamente comprometido com o ensino público.

As políticas educacionais devem enxergar de forma crítica a introdução da informática no ensino do DF. Esta, como meio de ensino, pode futuramente vir a representar um valioso auxiliar em algumas áreas de aprendizagem do 1º e 2º graus, desde que quatro condições sejam satisfeitas. Primeiro, é preciso que sua introdução seja feita no interesse do ensino e não do poder econômico da indústria e do comércio dos equipamentos e programas. Segundo, é necessário que se disponham de programas adequados, hoje praticamente inexistentes. Terceiro, é indispensável que sua implantação esteja estritamente condicionada à transmissão (quanto ao conteúdo e formas de veiculação) do saber escolar necessário para a construção de uma sociedade democrática. Por fim, é imprescindível que sua gradual e eventual implementação venha a beneficiar por igual todas as camadas da população, subordinando-se à meta fundamental da distribuição igualitária das oportunidades de escolarização e da democratização do saber.

c. Formação do magistério e sua valorização

As diretrizes para uma nova política de formação e

de valorização do magistério orientam-se por dois rumos complementares: elevar o nível de qualificação dos professores, sem prejuízo do progresso econômico da categoria, e garantir-lhes condições de trabalho e remuneração condignas. Estes são dois imperativos exigidos não apenas pela justa retribuição ao trabalho dos professores mas também e principalmente pela democratização do ensino do DF.

A formação dos professores das séries iniciais do 1º grau, hoje realizada na Escola Normal de 2º grau, deve ser reorientada no sentido de subordinar o domínio das técnicas de ensino à compreensão do sentido social da educação. Deve porisso ser revista e aprimorada, melhor capacitando o futuro mestre, para o que necessário se faz gradualmente promover sua elevação ao nível superior. Uma nova Escola Normal, articulada com uma Universidade pública renovada no DF, estará voltada para fazer, dos futuros mestres, autênticos educadores. Esses mestres, enquanto educadores, possuindo uma visão maior das questões educativas como questões sociais, estarão capacitados a encaminhar suas soluções, tanto no plano político quanto na dimensão especificamente pedagógica. Esses educadores, enquanto mestres, terão competência para enfrentar os problemas de ensino e aprendizagem que afetam principalmente as camadas trabalhadoras e estarão politicamente comprometidos com a construção de uma educação democrática.

A elevação do nível de formação dos professores não deve nem pode ser circunscrita a uma simples formalidade. O futuro Governo deverá prover condições para que os professores no exercício do magistério disponham de oportunidades para seu aperfeiçoamento na condição de funcionários da Fundação Educacional do Distrito Federal. Do mesmo modo, uma nova formação do magistério não se sobrepõe às conquistas que o professorado vem obtendo na área trabalhista.

No futuro Governo do DF o profissional da educação terá assegurado seu espaço pedagógico e funcional. Impondo-se a democratização do ensino, no interesse social, ao professor será garantida, em seu regime de trabalho, a adequada contagem das horas dedicadas à preparação das aulas e da avaliação dos alunos. Mantendo-se as conquistas na área trabalhista para o docente de 1º e 2º graus, seu aperfeiçoamento não será feito às custas de um dis-

tanciamento dos pisos salariais dos que possuem e dos que não detêm o diploma de nível superior. O novo governo garantirá oportunidades para os que queiram aperfeiçoar-se e criará espaços para os que desejam dazê-lo, sempre no interesse de uma política educacional que, diversa da anterior, estará palmilhando os caminhos de uma outra sociedade, aquela que aponta nos rumos da democracia.

Brasília, janeiro de 1985

Educação - processo amplo x Trabalho (emprego)
Plano Anísio Teixeira - escola x oficina
SNFMO - SENAI, SENAC, SENAR.
Educação x Cultura ? é só escolar ?

Privatização no ensino superior compromete a formação dos professores nos outros níveis

Democratização ampla, inclusive na escola (APM?)

Livro - Biblioteca + Editoras

- Escola - campo de contradições e nunca será o "locus" do saber elaborado e universal

Escola é resultante de um processo dialético no social amplo - não vejo esta imunização.

- Democracia = processo decisório + cidadão
- Educação - esvazia-se e reduzi-se à ESCOLA
- Categoria de professores
- Ignora a cultura x trabalho
- avanço tecnológico
- Texto

ANEXO

O tratamento da questão educacional passa hoje necessariamente pela ampliação das oportunidades de ingresso e de permanência na escola, entendida como direito de todos os cidadãos e como condição indispensável ao exercício da cidadania.

Entretanto, as formas como se vêm enfrentando essa questão têm contribuído para esvaziar a ação especificamente escolar. As políticas traçadas nos últimos 20 anos, a despeito do discurso democratizante que apresentam, resultaram em alto grau de segmentação do sistema de ensino, com a correspondente seletividade interna, segundo critérios sócio-econômicos. E a própria crítica a essas políticas enveredou, muitas vezes, por desvios ou equívocos, que resultaram em impasses, condenando a escola ao imobilismo ou negando sua missão específica.

Assim, a crise dos esquemas psico-pedagógicos que orientaram por longo tempo o ideário da educação brasileira está longe de ser solucionada. Por um lado, as estratégias de educação compensatória, apesar de levarem em conta a determinação do ensino pela estrutura social, não têm conseguido superar o tratamento individualista da questão. Colocando fora da escola todas as raízes de suas mazelas, liberam professores e alunos de suas responsabilidades, transformando-os em vítimas inevitáveis mas, ironicamente, também em responsáveis - com suas carências - pelo fracasso escolar.

De outro lado, colocam-se aquelas políticas que, admitindo diferenças culturais estanques entre diversos segmentos da população, propõem soluções localistas, privilegiando as experiências individuais imediatas em detrimento dos conteúdos curriculares e retirando da escola sua missão específica, na promoção do acesso ao saber elaborado e universal.

Em ambos os casos, o resultado tem sido o empobrecimento dos conteúdos do ensino que, em nome da adaptação às condições peculiares dos alunos, são, na verdade, sonegados e adiados para níveis de escolaridade aos quais sabidamente não chegam as crianças das camadas trabalhadores.

Nos últimos anos, contudo, no bojo da conquista pela

população brasileira de algum espaço para expressar seus anseios e expectativas, vem-se intensificando a cobrança, ao Estado, de real atuação em termos de uma política social mais justa, incluindo a ampliação de oportunidades educacionais efetivas. Nesse contexto, a conquista do acesso ao saber sistematizado, científico e socialmente legitimado, torna-se de fato importante para o exercício da cidadania plena.

Na busca de um novo e democrático projeto educativo, partir da oposição entre cultura das camadas dominantes e culturas das camadas trabalhadoras, como muitos fazem, é um equívoco que resulta em uma política extremamente conservadora. O conhecimento não é produzido por essa ou por aquela classe isoladamente, mas sim nas relações sociais entre elas. A diferença entre o saber de uma e de outra reside nas oportunidades que têm para incorporar do conhecimento e utilizá-lo em um projeto coletivo próprio.

Assim, cumpre criar as condições que assegurem o acesso das camadas trabalhadoras ao saber mais elaborado e universal. Por outro lado, esse saber não se deve opor ao saber popular e regional. Ao contrário, constitui importante instrumento para a construção de um projeto coletivo das camadas trabalhadoras, permitindo-lhes superar a visão individualista de ascenção social e usando-o como elemento de participação e de libertação. Em outras palavras, não se trata de negar o valor do conhecimento científico para o projeto das camadas trabalhadoras, mas sim de pô-lo a seu serviço, inclusive por meio de sua integração com os elementos do bom-senso embutidos na sabedoria do povo.

Desta forma, para a socialização do saber sistematizado, o projeto educativo deverá levar em conta as relações entre sua dimensão universal e a realidade social concreta, onde a escola se inclui. Neste sentido, a política educacional deverá tomar a cultura local como importante elemento na definição do projeto educativo, reconhecendo sua pluralidade e resguardando sua diferenciação.

A apreensão do saber universal deverá propiciar a compreensão mais ampla do específico contido na realidade local

e de sua inter-relação com o universal. Dessa forma, o respeito à realidade local, ao contexto cultural e aos valores da comunidade não pode ser entendido pela escola como colaboração imediata e isolada dessas especificidades. Pelo contrário, constitui missão primordial do ensino escolar articulá-las com a realidade mais abrangente.

Nesse quadro, torna-se imperativa a concepção de uma escola unitária, comum em seu núcleo e diversificada em seu conjunto, garantindo a toda a população, por um lado, o domínio dos conteúdos, habilidades e instrumentos considerados como o mínimo indispensável à condição de cidadania plena, e por outro, o necessário espaço às peculiaridades de diferentes contextos específicos, tanto do ponto de vista do currículo quanto dos métodos pedagógicos, evitando-se quaisquer formas de padronização do ensino.

É nesse ponto que reside o grande desafio que a escola enfrenta hoje. Como resgatar o saber sistematizado para as camadas trabalhadoras? Não se trata de simples questão de metodologia do ensino mas sim do desenvolvimento de esquemas de organização dos conteúdos que, partindo das condições concretas dos alunos, permitam-lhes romper as barreiras do senso-comum e dos localismo, utilizando o saber elaborado na construção do projeto coletivo das camadas trabalhadoras.

Para enfrentar esse desafio faz-se necessária a concretização da escola unitária e democrática. Esta implica a ruptura com as práticas centralizadoras e autoritárias e a consequente descentralização do processo decisório. Visualizada politicamente, essa descentralização, mais que mecanismo de racionalização administrativa, deverá constituir-se em via de participação efetiva da população na identificação de prioridades e na co-gestão do processo educativo.